

GOVERNO INSISTE NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**PROJETOS PILOTO ESTÃO SENDO IMPLANTADOS EM TODO PAÍS!**

Em mais uma tentativa para implantar seu Projeto de Gestão para o serviço público, o governo Lula, descumprindo o Acordo de Greve de 2005, que previa Reestruturação da Carreira do Seguro Social, quer impor a Avaliação de Desempenho para os trabalhadores do INSS. Os ocupantes de cargos no MPS (chamado baixo-clero) mentem porque jamais, em momento algum, a FENASPS, Sindprevs Estaduais ou trabalhadores, assinaram qualquer documento concordando com a implantação da Avaliação de Desempenho. Aliás, na audiência realizada com o Ministro Luiz Marinho, houve concordância do governo sobre a necessidade de implantação de programa para melhores condições de trabalho.

Em todas as reuniões e audiências realizadas com os integrantes do governo, reafirmando as deliberações dos trabalhadores, alertamos para as conseqüências e os problemas que ocorrerão nos locais de trabalho se resolverem impor, na marra, este programa de avaliar desempenho sem oferecer condições de atendimento a população. No entanto, os membros do baixo-clero, querendo demonstrar serem mais realistas que o rei, não respondem as reivindicações da categoria. E como não tem qualquer proposta aos trabalhadores, inventaram este engodo chamado Projeto Piloto numa tentativa ludibriar os trabalhadores para aceitarem passivamente as metas da Avaliação de Desempenho. Estão sendo discutidas a instalação de Planos Pilotos no Estado do Ceará (Fortaleza), Minas Gerais (Belo Horizonte), São Paulo e no Paraná escolheram Londrina a ser apresentado no dia 28 de agosto. Porque será que escolheram Londrina e não Curitiba, Cascavel, Maringá ou Ponta Grossa? Será que existem razões obscuras para este programa iniciar no Paraná por uma cidade do interior? Em nossa avaliação, Londrina é uma das Gerências do País, onde os

trabalhadores do INSS apresentam os melhores desempenhos do País, com um contingente mínimo de servidores. Aliás, se nos últimos anos apenas cinco novos servidores foram para Londrina, essa cidade, com um mesmo contingente de há mais de vinte anos, ainda assim tem obtido ótimos resultados no atendimento e concessão de benefícios. Dá bem para imaginar a sobrecarga de trabalho e o estresse provocado por isso, sem falar na LER-DORT (Lesões por Esforço Repetitivo e Doenças do Trabalho) que assola diversos companheiros e companheiras das Agências da Previdência Social no Brasil. Será que para este governo quem trabalha tem que ser mais penalizado do que os outros, porque não vão avaliar o desempenho daqueles que ocupam cargos no alto escalão, recebendo altos salários e gordas diárias para viajarem País afora?

Convocamos os trabalhadores do INSS de todo o país que forem eleitos pelos trabalhadores para irem a estas reuniões de apresentação do Projeto Piloto e que cobrem ações do governo, como resposta do plano de carreira e não aceitem o canto da sereia que se esconde atrás do programa de Avaliação de Desempenho. Os trabalhadores querem trabalhar em paz, querem que o governo cumpra os acordos que assinou, mas também querem exercer suas atividades com carreira digna, a realização de exames periódicos e segurança no trabalho, pois trabalhamos com equipamentos inadequados e com o sistema de informática falhando a todo o instante. Isso sim deveria ser modificado para propiciar condições adequadas de trabalho para todos. Temos que desmascarar este governo que pretende criar uma cortina de fumaça para justificar os altos salários pagos a assessores e empresas que nada entendem do serviço público.

POSIÇÃO DA FENASPS**GOVERNO TENTA IMPLANTAR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO COM A IMPOSIÇÃO DO PROJETO PILOTO EM VÁRIOS LOCAIS DO PAÍS**

O governo, durante o processo de negociação tentou sem sucesso a todo custo impor a avaliação de desempenho. Sem apoio da FENASPS e dos trabalhadores, unilateralmente, a partir de agora, está iniciando projeto piloto em várias gerências do País para a implantação dos mecanismos de aferição da produtividade que pretendem adotar nas Agências da Previdência.

Embora o governo não reconheça a categoria já rechaçou a política de avaliação de desempenho nas greves desde 2001. O governo vem insistindo nesta medida arbitrária que tem levado a grandes mobilizações todas as vezes que tenta reduzir os salários com estas medidas.

A FENASPS reafirma a posição apresentada no Grupo de Trabalho de que a categoria é contrária à implantação da avaliação de desempenho por considerar que trará prejuízos: rebaixamento de salários, aumento da pressão nos locais de trabalho, aumento da jornada.

Porque a Avaliação de desempenho interessa para o governo e quais as consequências para os trabalhadores

1) A aplicação da avaliação de desempenho por produtividade reduz a despesa com a folha de pagamento:

Com a implantação das metas de desempenho vinculadas aos resultados como tempo de concessão, tempo de espera do segurado, agendamento etc, o governo conseguirá reduzir a despesa salarial porque a maioria das agências não atingirá os níveis exigidos. Esta situação aconteceu com os médicos peritos quando da implantação da GDAMP. Inicialmente o governo implantou levando em consideração a média das cinco regiões do país. Por este critério a maioria dos médicos conseguiu atingir a meta e receber a gratificação produtivista. Após vários ajustes realizados PELO GOVERNO, hoje os médicos que trabalham em piores condições, em agências com alto índice de atendimentos, onde o segurado espera mais tempo pela realização da perícia, NÃO RECEBEM a gratificação porque as condições daquele local não permitem que o atendimento ocorra no prazo negociado entre o governo e a Associação Nacional dos Médicos Peritos.

2) Parte dos salários vira comissão

Com a política de gratificação produtivista imposta pelo governo de FHC a partir de 2001 e mantida pelo governo Lula, como parte da reforma neoliberal do Estado Brasileiro não há mais reajuste salarial, impondo correções conforme a conveniência, ou a capacidade de luta dos trabalhadores nos valores das gratificações. Com isso perpetua o congelamento salarial dos aposentados além de não garantir o reajuste dos salários dos ativos. Esta política salarial cria uma enorme distorção na medida em que aumenta apenas a parte do salário que pode se tornar variável, sujeita à avaliação de desempenho, congelando a parte fixa do salário. É importante ressaltar que caso haja uma grave crise econômica ou caso o governo decida reduzir as despesas com a folha de pagamento, o corte ocorrerá nas gratificações, principalmente as variáveis.

3) Aumento da pressão sobre os trabalhadores:

A finalidade do governo é acabar com as filas, reduzindo o tempo de espera sem concurso público, sem investimento no treinamento e capacitação ou na melhoria dos instrumentos de trabalho. Com isso joga nas costas dos trabalhadores, que pagarão com a redução dos salários caso não consigam atingir as metas. As chefias diretamente comprometidas com este projeto farão todo e qualquer tipo de pressão para que os servidores atinjam as metas estabelecidas.

4) Diminuição da segurança no trabalho

Já é freqüente o indiciamento de servidores por erros administrativos, chegando a responder inquéritos na polícia federal além dos inquéritos administrativos. Servidores têm sido demitidos por não ter condição de analisar mais criteriosamente os documentos recebidos e muitas vezes serem vítimas de quadrilhas especializadas em produzir fraudes no INSS. Com o aumento da pressão e a diminuição do tempo para analisar os processos, o risco é ainda maior para os servidores.

5) Aumento do adoecimento em função do trabalho

O aumento da pressão, a diminuição do tempo de atendimento, aumento da jornada para 40 horas, trará junto o aumento do adoecimento. Fica a pergunta: - **Como será tratado o servidor que venha a se afastar por motivo de doença?** Primeiro, há mais de 10 anos não são realizados exames periódicos para avaliar as condições de saúde dos trabalhadores, e a administração reconheceu que existe um elevado número de servidores vítimas de doenças causadas pelas péssimas condições de trabalho. Além de existir significativo número de servidores adoecidos que não conseguem se afastar do trabalho em função de inúmeros problemas nos locais de trabalho. Segundo, com o aumento da pressão sobre todos os trabalhadores, os próprios colegas, sobrecarregados pelo trabalho para atingir as metas, estarão sujeitos a pressionar pela volta do servidor ou por exigir que seja afastado do setor para que não prejudique a produtividade exigida. Fatos comprovado em diversos setores no serviço público e privado onde os trabalhadores passaram a ter seus salários vinculados a metas de produtividade e desempenho. Estas medidas aumentarão ainda mais as condições de stress e adoecimento que já atingem os trabalhadores.

7) Ameaça sobre as 30 horas – Aumento da jornada de trabalho

O Ministério da Previdência preparou uma auditoria em 12 gerências em todo o país para analisar o horário de trabalho dos servidores. Com base nesta auditoria está orientando as gerências para que passem a exigir o cumprimento das 40 horas NOS SETORES onde não haja atendimento direto ao público durante o período de 12 horas. Com esta medida todos os trabalhadores que não estejam atendendo diretamente a população num período de 12 horas serão atingidos. O que inclui setores de retaguarda, atendimento especializado e mesmo OI nas agências que atendam por menos de 12 horas.

9) Expulsão das agências dos servidores que não estejam em condição de realizar os serviços de concessão.

Há agências em que as chefias não querem manter servidores que estejam com suas matrículas bloqueadas em função de inquéritos administrativos, mesmo que estes trabalhadores não sejam responsabilizados por atos de irregularidade, além de Assistentes Sociais porque estas não poderão realizar serviços que venham a ser computados na produtividade da unidade. Podemos imaginar que esta medida venha a atingir outros servidores.

6) Responsabilização financeira sobre os prejuízos que possam ocorrer ao INSS

Alem de responder administrativa e criminalmente pelo seu trabalho, o servidor agora será responsabilizado financeiramente caso sua ação cause prejuízos ao Instituto. Estão sendo treinados servidores para fazer parte da Comissão de Tomada de Contas Especial, que calculará o prejuízo e mandará a conta para ser descontada no contra cheque do servidor. O aumento da pressão tende a aumentar também a possibilidade de erros dos trabalhadores.

8) Risco de demissão

Está em tramitação projeto de lei que regulamenta a Reforma Administrativa de 1998 onde apresenta a perspectiva de demissão caso haja 03 avaliações insuficientes. Neste caso o critério para a demissão é a avaliação individual.

10) Redução dos direitos dos segurados

Muitas vezes o direito do segurado depende da orientação do servidor que precisa de tempo para analisar cada situação e suas particularidades. Com o aumento da pressão para a realização do trabalho no menor tempo possível, o servidor terá a sua disposição cada vez menos tempo para analisar criteriosamente a situação de cada segurado.

Preparando terreno para a Reforma da Previdência e o enxugamento do quadro de servidores

A próxima Reforma que está sendo preparada pelo governo atinge em cheio os direitos da população com a diminuição de benefícios, aumento da idade e conseqüentemente a redução da concessão. O governo já prevê uma Previdência enxuta, e submetida aos critérios de avaliação de desempenho por produtividade, preparando para a redução do quadro de servidores.

O que a FENASPS orienta aos sindicatos Estaduais e aos trabalhadores:

Por todas estas razões, os trabalhadores da base da Seguridade Social votaram em diversas assembléias estaduais e na Plenária da FENASPS posição contrária a Avaliação de Desempenho com a finalidade de definição salarial ou mesmo demissão.

Os servidores serão punidos com a redução dos salários caso haja aumento das filas, ou ainda punidos severamente pela policia federal ou inspetorias etc caso venham a ser envolvidos em irregularidades por falta de condições de analisarem criteriosamente os processos que concedem ou indeferem.

Até hoje o governo não se deu resposta à proposta de carreira encaminhada pela FENASPS em 2005, que inclusive propõe: *"a utilização de uma ferramenta gerencial para a Administração Pública baseada na qualificação do serviço prestado a população, com um programa de treinamento para termos servidores cada vez mais qualificados e motivados, utilizando os instrumentos de avaliação do órgão, de suas necessidades e do grau de atendimento das demandas da população"*. A forma como o governo tenta impor a avaliação de desempenho penaliza os servidores pelas péssimas condições de trabalho e atendimento a que estamos submetidas no dia a dia. (ver cartilha produzida pela FENASPS e encaminhada para todos os sindicatos estaduais ou na página da FENASPS: www.fenasps.org.br)

A FENASPS ORIENTA:

- ✓ Realizar Assembléias por local de trabalho
- ✓ Resistir à implantação das metas de Avaliação de Desempenho
- ✓ Concurso Público já
- ✓ Pressionar Gerências e Chefias, exigindo melhores condições de trabalho para o atendimento à população, sem vincular a qualquer programa de avaliação de desempenho.
- ✓ Encaminhar denúncia ao Ministério Público Federal nos casos em que houver discriminação, perseguição e assédio moral contra os servidores.
- ✓ Encaminhar aos Sindicatos Estaduais e à FENASPS as denúncias, fortalecendo a mobilização e a resistência contra mais este ataque aos direitos dos trabalhadores.
- ✓ Resistir a tentativa de aumento da jornada para 40 horas
- ✓ Resistir a redução de salário que ocorrerá com a implantação da avaliação de desempenho por produtividade.